

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO COMO TEORIA E RETÓRICA*

Pérsio Arida

Rego, José Marcio, org. (1996) *Retórica na Economia*.
São Paulo: Editora 34.

I. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre retórica, entendida no sentido aristotélico como a arte de converter e persuadir, estão na moda nas ciências sociais. Não constitui surpresa verificar que foi na dogmática jurídica que se afirmaram, sob a influência decisiva de Perelman (ver também Kluback), os estudos sobre retórica. Mas se o componente da argumentação é fundamental no entendimento dos processos legais, descobriu-se desde logo que este componente na verdade é indissociável de outro: a interpretação. Com efeito, a práxis jurídica consiste em interpretar com plausibilidade, ou interpretar de acordo com os benefícios da boa retórica um código de leis em que se explora ao limite a ambigüidade latente de sentido. A unidade indissociável entre procedimentos hermenêuticos e retóricos (ou de interpretação e argumentação persuasiva) é *prima facie* inquestionável nas ciências jurídicas. Mas como explicar sua extensão *tensionada* para o corpo das ciências sociais como um todo?

Nos estudos sobre teoria literária, o deslocamento teórico em direção à hermenêutica e à retórica obedeceu a um impulso diverso. Na dogmática jurídica, tal deslocamento decorria de exigências próprias de sua práxis específica e, se não ocorreu mais cedo, tem seu retardo explicado pela hegemonia prevalecente em boa parte deste século do positivismo (de inspiração kelsiniana). Já na teoria literária tal deslocamento derivou da aplicação a este campo específico da estratégia de desconstrução propugnada por Derrida. A recente republicação de escritos de Paul de Man, sem dúvida um dos críticos literários mais perceptivos e eruditos da academia americana até sua morte recente, mostra em toda a sua extensão o impacto desconstrutivista sobre a teoria literária atual (veja também Norris). Os desdobramentos recentes na psicanálise partilham também deste caráter derivado. A reinterpretação de Freud por Ricoeur constitui uma inflexão decisiva no auto-referencial da psicanálise enquanto saber; o desdobramento teórico em direção à hermenêutica

* Segunda versão (1984) do texto com o mesmo título (de 1983) publicado originalmente como "Texto para Discussão nº 54" pelo Departamento de Economia da PUC/RJ.

do inconsciente e à retórica que torna a interpretação psicanalítica plausível para uma audiência reticente foram inspirados na revolução empreendida na hermenêutica religiosa cujo impacto no restante das ciências humanas deve-se fundamentalmente ao próprio Ricoeur.

O contraste, ainda que brevíssimo, entre o deslocamento em direção à argumentação e interpretação na dogmática jurídica, de um lado, e na teoria literária e na psicanálise, de outro, não autoriza inferir que tal deslocamento se impõe autonomamente a cada ciência humana por sua própria práxis. Nos dois últimos casos, o deslocamento foi impulsionado pelo contato intradisciplinar (o que certamente não o faz menos profícuo), ao passo que no primeiro o contato intradisciplinar simplesmente alicerçou posições epistemológicas latentes após o colapso do positivismo de Kelson. Na economia, o deslocamento recente em direção à retórica e interpretação (veja Arida, 1983 e McCloskey) é mais próximo ao modelo de deslocamento propiciado pela dogmática jurídica do que ao modelo propiciado pela teoria literária e psicanálise. O paralelo ao colapso do positivismo kelsiniano é o colapso da metodologia modernista (para usar a terminologia de McCloskey) ou o colapso da metodologia popperiana (como argumentado em Arida), como veremos adiante. É esta interpretação do deslocamento teórico em direção à retórica e hermenêutica que nos poupará, no restante deste ensaio, referências a desdobramentos similares em outras disciplinas. Que tais referências reforcem este deslocamento, não há dúvida; a percepção de que tal deslocamento é generalizado nas ciências humanas torna mais assimilável sua efetivação na economia. O fato, todavia, é que a comunidade de economistas, habituada que está a ignorar outras disciplinas sociais, não se sentiria persuadida a esposar este deslocamento teórico por mero efeito-demonstração; se o adota, o faz por exigências internas ditadas por seu próprio objeto. É evidente que, ao ignorar o movimento mais geral das ciências humanas, perde este ensaio uma dimensão crucial das tendências atuais; da mesma forma com que a economia marginalista correspondeu à introdução do *homo economicus* maximizador inspirado na mecânica clássica, a nova teoria econômica terá *ex-post* uma correspondência visível com a renovação da retórica e da hermenêutica nas demais ciências humanas. Neste ensaio, conscientemente deixamos de lado esta correspondência para fixar-nos no movimento endógeno da própria teoria.

Observe-se que a tradição da teoria econômica comporta incursões ocasionais em direção a uma explicitação dos procedimentos retóricos envolvidos. As *Lectures on Rethoric* de Adam Smith foram objeto de recente estudo de Howell; a ironia em Marx e o uso retórico das reticências forneceram base

para o perceptivo ensaio de Adorno; referências à maestria na arte da persuasão abundam nos *Memorials* de Marshall editados por Pigou; e talvez não exista na literatura econômica texto mais eloqüente e convincente do que o clássico ensaio publicado postumamente por Keynes: *My early beliefs*. Mas estas incursões ocasionais, embora prezadas pela comunidade, não constituíram um deslocamento teórico em direção à retórica e hermenêutica; e da mesma forma com que ignoramos os desdobramentos em outras ciências humanas, ignoraremos também aqui tais incursões ocasionais pertencentes ao passado da disciplina.

A organização deste ensaio é a seguinte. Na seção II, discutem-se os dois modelos estilizados de aprendizado da Teoria Econômica e da História do Pensamento Econômico. Em Arida (1983) tais modelos foram denominados de americano e europeu; as objeções suscitadas por estas denominações em seminários e conversas com colegas de profissão levou-me a abandoná-las. Ainda ao longo da seção II, ambos modelos são criticados, o modelo *hard science* por depender de uma epistemologia superada e o modelo *soft science* por distorcer de modo crucial o desenvolvimento da teoria econômica. A seção III desenvolve a abordagem à história do pensamento econômico onde retórica e hermenêutica assumem papel de relevo. A seção IV conclui este ensaio.

II. DOIS MODELOS DE HISTÓRIA E TEORIA

O aprendizado da teoria econômica tem sido efetuado de acordo com dois modelos distintos. No modelo que denominaremos de *hard science*, o estudante ignora a história do pensamento. As listas de leitura não contêm textos escritos há mais do que cinco ou seis anos atrás, com honrosas exceções. O estudante deve familiarizar-se de imediato com o estágio atual da teoria. Já no modelo *soft science*, o estudante deve basicamente dominar os clássicos do passado, mesmo que em prejuízo de sua familiaridade com os desdobramentos mais recentes da teoria. O modelo *hard science* é uma criação do século XX e, mais precisamente, do período após a segunda guerra mundial; mas a emergência do modelo *hard science* não se traduziu no desaparecimento do modelo *soft science*, embora, ao menos nos centros mais prestigiados da academia norte-americana, o modelo *hard science* seja amplamente hegemônico. Não nos interessa aqui discutir a evolução de um ou outro modelo e nem nos interessa discutir onde geograficamente pratica-se o modelo *hard* e o modelo *soft*. Ao invés da descrição empírica interessa-nos captar, através da referência a estes dois modelos, posições cultural e histo-

ricamente estabelecidas quanto ao significado do estudo da história do pensamento. Seguindo Weber, definimos modelos *hard science* e *soft science* como tipos ideais que acentuam unilateralmente traços da realidade visando iluminar aspectos de interesse.

Os centros de ensino, e particularmente de pós-graduação, no Brasil refletem a existência destes dois modelos, combinando, em proporções muito variadas, as normas de um e de outro modelo. Isto impede a construção de um *curriculum* para mestrado e doutorado com requisitos mínimos de homogeneidade entre os diversos centros. No entanto, os problemas colocados pela existência de dois modelos nítidos de aprendizado vão além das dificuldades pedagógicas de ensino e formação. Na verdade, os dois modelos espelham concepções diversas sobre a evolução da teoria econômica. Subjacente ao modelo *hard science* está a idéia da fronteira do conhecimento; o estudante não precisaria perder tempo com os clássicos do passado porque todas as suas eventuais contribuições já estariam incorporadas ao estado atual da teoria. Subjacente ao modelo *soft science* está a idéia de um conhecimento disperso historicamente; o estudante deveria dedicar-se aos clássicos do passado porque precisaria retilhar por conta própria as matrizes fundamentais da teoria.

No modelo *hard science*, a história do pensamento é definitivamente história das idéias; à parte um elemento irreprimível de curiosidade sobre o passado, poderia perfeitamente ser desvencilhada por inteiro da teoria econômica. No modelo *soft science*, a história do pensamento confunde-se com a teoria, o estudo da última sendo indissociável à familiarização com a primeira. Neste ensaio refletimos sobre este duplo *status* atribuído à história do pensamento econômico, como história intelectual e como teoria. Contra o modelo *hard science*, afirmamos que a noção de uma fronteira do conhecimento falsifica a história do pensamento como história intelectual. Contra o modelo *soft science*, afirmamos que a fusão entre história e teoria é sempre imperfeita, acarretando distorções graves tanto a uma quanto a outra.

II.1. A FRONTEIRA DO CONHECIMENTO

A noção de fronteira nos é familiarmente transmitida das ciências exatas. O físico em processo de aprendizado não precisa aprender a história da física; basta-lhe aprender o estado atual de sua disciplina para contribuir efetivamente ao conhecimento. O passado de sua disciplina sobrevive através dos nomes dos cientistas homenageados por descobertas; mas à parte estas homenagens sentimentais, de tão grande peso na visão de mundo do cientista, o passado não desempenha nenhum papel. A história passada da ciência que

resultou no seu estado atual não precisa ser revisitada; suas contribuições positivas (quer do ponto de vista de *insights* ou construções verdadeiras, quer do ponto de vista da formulação de conjecturas, ainda não provadas ou negadas, que orientam a pesquisa recente) já estão incorporadas ao estado atual da ciência; à parte estas contribuições, restariam as conjecturas e concepções errôneas ou equivocadas cujo esquecimento, do ponto de vista do avanço ulterior da ciência, é desejável ou no mínimo perfeitamente tolerável.

A noção de fronteira do conhecimento traz conseqüências interessantes para a história do pensamento econômico. Por um lado, torna-a desnecessária do ponto de vista estrito do progresso da teoria. Saber ou não teorias formuladas no passado de nada altera a capacidade de avançar a teoria; relega-se a história do pensamento econômico ao *status* de disciplina eletiva do ponto de vista didático e dispensável do ponto de vista da formação adequada do economista. Por outro lado, a noção de fronteira do conhecimento afeta a própria concepção da história do pensamento econômico como história intelectual. Se todas as contribuições positivas do passado encontram-se assimiladas ao estado presente da teoria, a história do pensamento converte-se em uma história de erros e antecipações. Erros quando a doutrina que se presumia verdadeira no passado afasta-se substantivamente daquela que integra o estado atual da teoria; antecipações quando a doutrina afirmada no passado prefigura o estado atual da teoria. E se muda o estado atual da teoria, muda a percepção do passado no jogo de iluminação retrospectiva de erros e antecipações; reescreve-se então a história do pensamento econômico, como inúmeras vezes se observou, a cada geração.

A *History of Economic Analysis* fornece o exemplo mais conhecido desta história do pensamento norteada pela noção de fronteira do conhecimento. A definição cuidadosa da “análise” permite a Schumpeter lamentar desvios e glorificar antecipações tendo como referência o estudo atual da teoria; se Walras ali emerge com honra e distinção, foi por ter formulado a noção de equilíbrio geral e assim lançado as bases do estado atual da teoria do equilíbrio geral. Ao mesmo tempo, a referência à teoria atual permite empreender a busca de antecipadores. Gera assim uma historiografia enfadonha onde se debate quem foi o primeiro a formular determinado conceito e cuja grande questão consiste em como entender os fenômenos à la Merton de simultaneidade de descobertas.

Norteada pela noção de fronteira do conhecimento, a história do pensamento econômico afirma-se como pura história das idéias. E como história das idéias adquire um formato específico: a história dos precursores lado a lado com a história dos desvios daqueles que acreditaram em doutrinas discrepantes das atuais. Seu eixo de referência é dado pelo estudo da ciên-

cia. A história das idéias é escrita iluminando-se o passado pelo presente. Seu interesse, do ponto de vista do avanço da ciência, é mínimo; e se o economista, por esta concepção, não precisa saber a história de sua própria disciplina, tende a dedicar-se à história do pensamento quando percebe que seus poderes analíticos se esgotaram. Norteado pela noção de fronteira do conhecimento, o estudo do pensamento torna-se o campo dos economistas jovens pouco preparados para a árdua tarefa de avançar a ciência e dos economistas já estabelecidos que, devidamente consagrados na sua juventude pelas contribuições dadas à fronteira, dedicam-se na maturidade a tópicos mais amenos.

Esta alocação diferenciada de esforços entre juventude e maturidade não é causal. Há uma noção específica de tempo na fronteira do conhecimento. Pertencem ao estado atual da ciência os textos escritos no passado recentíssimo; com algumas exceções, é verdadeiro observar que o horizonte de cinco ou seis anos é suficiente para separar a fronteira do conhecimento dos textos que integram a história do pensamento econômico. As exceções incluem textos seminais; mas mesmo estes textos não se situam em um horizonte retrospectivo muito mais longo. O horizonte retrospectivo máximo da macroeconomia, por exemplo, chega à década de 60; as exceções não têm assim mais do que um passado de vinte e poucos anos. À exceção dos textos seminais, lidos basicamente por seu interesse de formulação de problemas, a espessura temporal da fronteira do conhecimento é muito reduzida. A educação, quando compreendida sob a noção de fronteira da ciência, depende de modo essencial do livro-texto que possibilita conduzir o estudante de uma formação genérica à fronteira do conhecimento; como esta tem espessura temporal reduzida, modifica-se substancialmente em pouco tempo, tornando livros-texto utilizados recentemente ultrapassados e criando constantemente a necessidade de novos textos didáticos.

É a noção de fronteira do conhecimento que fundamenta o modelo *hard science*. Por sua própria natureza, trata-se de um modelo com elevada taxa de obsolescência intelectual. Como a fronteira tem pequena espessura temporal, o economista corre o risco de decaimento intelectual rápido se não se submeter a periódicas reciclagens e reexposições aos novos avanços da ciência. O economista que está permanentemente atualizado não adquire sabedoria, mas sim a memória dos erros e um senso *ex-post* desenvolvido dos caminhos de evolução da fronteira do conhecimento. O risco de obsolescência traduz-se na angústia que motiva a renúncia ao esforço de perseguir uma fronteira sempre movente do conhecimento em prol de tópicos mais seguros como a história do pensamento econômico.

Pois na história das idéias a sabedoria tem sempre lugar e validade garantidos. O economista teórico do início dos anos 70, especializado nas estimativas econométricas da curva de Phillips de longo prazo com expectativas adaptativas, torna-se proprietário de um saber rigorosamente inútil menos de dez anos depois, pois seu modo de pensar e equacionar os dados consistiu em um erro e não em uma antecipação do estado da teoria no final da década de 70. Em contraste, a familiarização com a história da disciplina é um processo rigorosamente cumulativo de conhecimento e reflexão. Na história das idéias, o conhecimento não se perde; a sabedoria, entendida como uma intuição do todo não racionalmente formulável, resulta naturalmente da intensidade do estudo. Os grandes textos da história do pensamento não perdem sua posição de relevo dentro da disciplina em períodos curtos de tempo: Keynes, Marx, Schumpeter, Marshall, Walras, para citar apenas alguns, são tópicos quase permanentes de investigação. Em contraste com a fronteira, cujo corpo de textos altera-se quase que integralmente cada cinco ou seis anos, a história de idéias proporciona um conjunto básico de textos cujo interesse, se bem que matizado e diferenciado ao longo do tempo, dificilmente chega a ser corroído pelas transformações vividas em horizontes substancialmente maiores. Por isto, a obsolescência intelectual do estudioso da história do pensamento é muito menor; por mais que mude o ponto de gravidade da disciplina, dificilmente torna-se proprietário de um saber inútil.

II.2. OS DOIS PRINCÍPIOS DO MODELO *SOFT SCIENCE*

O modelo *soft science* desconhece a noção de fronteira. Tem como fundamento os princípios de que as matrizes básicas da teoria econômica (keynesiana, marxista, walrasiana, ricardiana, etc.) são, por um lado, de reconciliação problemática e, por outro, intraduzíveis em seu vigor original. Estes dois princípios requerem explicitação mais detalhada.

O princípio da reconciliação problemática afirma que as matrizes básicas da teoria não se contrapõem frontalmente; na verdade deslocam-se mutuamente. Entre a matriz A e a matriz B, é problemático tanto contrapor A a B como sintetizá-las. As duas matrizes, por estruturarem visões abrangentes do mundo econômico, dificilmente admitem fusões. Ao mesmo tempo, não se comportam como duas visões de um mesmo mundo, pois as características da economia postas em relevo por A distinguem-se daquelas postas em relevo por B; e nesta medida dificultam ao investigador a afirmação de seus méritos ou deméritos. Pelo princípio da reconciliação problemática, o in-

vestigador não tem escolha a não ser familiarizar-se com todas as matrizes básicas.

O princípio da não-tradução do vigor original afirma que toda transcrição das matrizes básicas envolve uma perda irremediável. Não haveria melhor modo de aprender a matriz marxista (ou keynesiana, etc.) do que lendo *O Capital* (ou *A Teoria Geral*); toda exposição secundária da matriz básica envolveria uma perda importante de entendimento. Pelo princípio da não-tradução, o investigador não pode escapar de dedicar-se aos clássicos do pensamento no esforço de assimilar as matrizes básicas da teoria econômica.

Por força destes dois princípios, o aprendizado da teoria passa, no modelo *soft science*, necessariamente pelo estudo da história do pensamento. E o que vale para o aprendizado, vale também para o avanço da própria teoria, avanço este entendido como uma reflexão empreendida diretamente a partir da história do pensamento. O próprio conceito da história do pensamento se de-historiza. Pois se é verdade que os clássicos do pensamento estão no passado, entendidos como obras de indivíduos mortos, é também verdade que eles coabitam o presente, constituindo-se fonte permanente de reflexão e problematização da realidade atual. Nesta medida, o conhecimento econômico vê esmaecida sua dimensão temporal. No modelo *hard science*, o conhecimento relevante condensa-se nos textos dos últimos cinco anos; no modelo *soft science*, espalha-se nos textos dos últimos duzentos e poucos anos.

É interessante observar que o caráter acumulativo do saber quando definido sobre a história do pensamento permanece incontestado nos dois modelos. No modelo *hard science*, todavia, este saber cumpre um papel apenas ilustrativo: a máxima sapiência sobre o passado jamais substitui o trabalho analítico efetuado a partir da fronteira do conhecimento. Já no modelo *soft science*, o caráter acumulativo do saber vale tanto para a história quanto para a teoria. Mais precisamente, os dois princípios do modelo *soft science* fazem com que não se possa distinguir história e teoria quando tomadas no seu núcleo básico. O interesse por um obscuro pós-ricardiano pode ser visto como anedótico-histórico e o interesse sobre alguma técnica do problema da transformação como anedótico-teórico; mas a leitura e a reflexão sobre Ricardo e Marx, para continuar o exemplo, são sempre vistos como simultaneamente história e teoria.

II.3. A CRÍTICA AO MODELO *HARD SCIENCE*

O divórcio entre o estudo da história do pensamento e o estudo da teoria depende crucialmente da existência de uma fronteira do conhecimento

caracterizada por duas propriedades. Primeiro, a fronteira resumiria a verdade posta pelo passado da disciplina. Segundo, esta verdade, tal qual apresentada nas versões recentes da teoria, prescindiria completamente da referência à sua formulação original. Supondo a validade destes dois princípios, é inequivocamente correto pensar a história do pensamento como história intelectual cujo sistema de referência é dado pelo estado presente da teoria e, ao mesmo tempo, dispensar o pesquisador interessado em fazer progredir o conhecimento substantivo do objeto do estudo dos clássicos do passado.

O segundo princípio pode ser enunciado como o de uma tradução perfeita do vigor original; em uma formulação extrema, ninguém precisaria estudar Quesnay para entender o que é uma matriz insumo-produto. Este segundo princípio do modelo *hard science* é flagrantemente oposto ao segundo princípio do modelo *soft science*. Um pouco de reflexão mostra, todavia, que esta diferença não é fundamental. Qualquer avaliação equilibrada da importância dos clássicos do passado diria que, no que tange a este segundo princípio, tanto um quanto outro modelo tornam-se razoáveis dentro de certos critérios. Contra o modelo *soft science*, é trivial argumentar que ninguém precisa ler as *Recherches* de Cournot para certificar-se que o equilíbrio estático em concorrência perfeita exige o ramo ascendente da curva de custo marginal. Contra o modelo *hard science*, é trivial argumentar que qualquer investigador sério nas tradições marxista ou keynesiana precisa ler *O Capital* ou a *General Theory*. A verdadeira divergência aparece não no segundo, mas no primeiro postulado. No modelo *soft science*, a alteridade do passado não se mantém porque as matrizes básicas da teoria são irreconciliáveis e intestáveis de modo conclusivo. Que a história do pensamento econômico tenha se caracterizado pela irrupção de matrizes teóricas cuja conciliação ou fusão foi de extrema problematicidade é uma visão do passado que transcende as diferenciações entre os modelos *soft* e *hard*. Mas contra o modelo *soft*, os adeptos do modelo *hard science* sustentam que o estudo presente da teoria já representa o resultado verdadeiro dos embates teóricos travados no passado. Percebemos assim que a existência ou não de fronteira do conhecimento, e com ela a própria plausibilidade do modelo *hard science*, depende do modo de resolução das controvérsias surgidas ao longo da história do pensamento.

A evolução da ciência econômica é pontilhada, como é o desenvolvimento de qualquer ciência, por controvérsias. Pouco importa aqui sua origem; importa saber seu modo de resolução. Implícita na noção de fronteira está a presunção da superação positiva das controvérsias. Por superação, entende-se que as controvérsias terminam e são percebidas como findas pelos seus

participantes. Nesta medida tornam-se superadas afastando-se da fronteira e instalando-se definitivamente no passado, saindo da agenda do investigador interessado em desenvolver a teoria e passando para a agenda do historiador de idéias. Por superação positiva, entende-se que a resolução da controvérsia faz emergir sua verdade; e que esta verdade, entendida como o saldo positivo da controvérsia e aceita como tal por todos os participantes, incorpora-se ao estudo atual da ciência.

Se a resolução de controvérsias na teoria econômica adequar-se ao modo da superação positiva, a noção de fronteira do conhecimento torna-se plausível. Uma vez posta a questão nestes termos, a crítica ou a defesa do modelo *hard science* passam a depender de como se resolveram as controvérsias no passado. É o recurso à história do pensamento que, em última análise, permite julgar o modelo *hard science*. Quando se examinam controvérsias no passado, podem-se encontrar exemplos que validam a noção de fronteira. A controvérsia sobre a integrabilidade nas funções de demanda ou sobre a possibilidade de agregação de preferências em uma função de bem-estar social constituem exemplos de controvérsias cuja resolução fez-se de acordo com a presunção de superação positiva. Mas o escopo das controvérsias com resoluções satisfatórias do ponto de vista dos modelos *hard science* é limitado.

Primeiro, note-se que uma mesma controvérsia pode resolver-se apenas parcialmente. A Controvérsia de Cambridge pode ser descrita de acordo com os cânones da superação positiva no que tange ao *reswitching* de técnicas. Trata-se, é claro, de uma controvérsia terminada (veja Hacourt) no sentido literal de que suas questões não despertam mais interesse; é percebida como terminada inclusive por seus participantes originais. No entanto, as duas questões decisivas da Controvérsia, a saber, a validade da aplicação da comparação entre equilíbrios para inferir movimentos de alteração paramétrica e a validade de construção de modelo neoclássicos que utilizam o conceito de capital não foram resolvidas no sentido de gerarem respostas consensuais absorvidas na fronteira do conhecimento. Teve razão a Cambridge americana ao desprezar a vitória da Cambridge inglesa no que tange à agregação do capital como uma vitória de Pirro; as mesmas objeções levantadas à agregação do capital são pertinentes à agregação do trabalho e, de toda forma, a construção neoclássica não depende, enquanto teoria, de modelos agregados, pois a agregação só foi feita por facilidade empírica de mensuração. Teve razão a Cambridge inglesa ao apontar os limites do método da estática comparativa; se em equilíbrio perfeito o país imaginário A tem menor renda e propensão a consumir do que o país B, tudo o mais idêntico, não se segue que um

aumento desequilibrador na propensão a consumir no país B faça-o idêntico ao país A. Mas nas duas frases anteriores a cláusula “Teve razão” reflete tão somente a apreciação do autor deste ensaio; os modelos pós-Controvérsia na Cambridge americana usam sem parcimônia ou hesitação a estática comparativa e os modelos pós-Controvérsia na Cambridge inglesa insistem nas conseqüências da heterogeneidade do capital sem perguntar-se sobre as conseqüências na heterogeneidade no trabalho. A Controvérsia de Cambridge coaduna-se em alguns aspectos somente à imagem da superação positiva.

Segundo, o término de controvérsias por cansaço ou desinteresse é muito mais comum do que se imagina. Como exemplo, veja-se a controvérsia travada no *Economic Journal* nas décadas de 20 e 30 sobre o conceito de firma representativa e sobre a definição (e mensuração) da renda nacional. Um exemplo mais recente foi a controvérsia sobre a constância da velocidade-renda da moeda no final da década de 60, tornada o pomo da discórdia entre monetaristas e keynesianos.

Terceiro, se é verdade que as controvérsias muitas vezes não são levadas a seu término, não é menos verdade que muitas vezes seu término, quando acontece, não se associa com a emergência inequívoca da verdade. O debate Ricardo-Malthus teve fim e como tal foi percebido na sua época; mas a vitória de Ricardo foi considerada, à luz da terminologia adotada aqui, primeiro como evidência de superação positiva, depois com Keynes como evidência oposta e agora, na perspectiva dos novos clássicos, novamente como evidência de superação positiva. Para complicar ainda mais o quadro, lembre-se que determinadas controvérsias, quando resolvidas, na verdade mudam de sentido. A resolução moderna de controvérsia Böhm-Bawerck/Hilferding sobre o problema de transformação por Seton é na verdade uma solução de um problema distinto do problema original; o teorema fundamental de exploração de Morishima é estranho à crítica de Böhm-Bawerck sobre a dedução da teoria do valor trabalho a partir da troca de equivalentes.

Quarto, evidência mais grave contra o modelo de superação positiva surge com a permanência de doutrinas opostas por períodos muito longos de tempo. Tome-se o episódio da revolução keynesiana. Os ataques de Margaret e Hayek a Keynes não foram suficientes para evitar a consolidação do paradigma keynesiano a partir dos anos 40; mas foram suficientes para solidificar um núcleo de resistência a este paradigma que sobreviveu com expressão na arena do debate americano por mais de três décadas até lograr reverter a situação e fazer dos keynesianos a resistência isolada ao paradigma vigente. Da *Teoria Geral* até hoje, as controvérsias da macroeconomia entre clássicos e keynesianos não se caracterizaram pelo modelo de superação po-

sitiva mas sim por cristalizações alternadas de consenso em torno de uma ou outra posição, associadas à inexistência de uma regra comum de validação empírica das diferentes proposições teóricas.

Esta breve discussão mostra que a presunção de que as controvérsias em teoria econômica comportam-se de acordo com os cânones da superação positiva não é validada pela história do pensamento. Embora algumas controvérsias de fato possam adaptar-se à imagem da superação positiva, outras não o fazem em graus diferenciados. Resultaria desta constatação uma crítica fundamental ao modelo *hard science*? A resposta é positiva. A clivagem entre passado e presente não se mantém porque não há garantia de que a verdade do passado foi assimilada inteiramente ao presente. Pode existir tal garantia? O exame específico da emergência do programa neoclássico de pesquisa é útil nesta conexão.

II.4. O MODELO *HARD SCIENCE IN STATU NASCENDI*

O surgimento do programa neoclássico de pesquisa é, talvez, um dos exemplos mais impressionantes da formação *in statu nascendi* do modelo *hard science* na ciência econômica. Embora existam exceções, parece razoável afirmar que, hoje, os praticantes do modelo *hard science* confundem-se com os adeptos do programa neoclássico. Por programa neoclássico, entendamos um programa de pesquisa que busca compreender os fenômenos econômicos sob o pressuposto de que derivam de decisões individuais de agentes racionais. A articulação social destes indivíduos e as condições e limites do exercício de sua racionalidade são aspectos não predeterminados no programa neoclássico e que pertencem legitimamente a seu desenvolvimento. O núcleo central do programa, que desenvolvimento algum pode reverter, atribui ao comportamento do indivíduo racional a inteligibilidade última dos fenômenos econômicos.

O programa neoclássico surgiu historicamente em meio a três controvérsias distintas e temporalmente deslocadas. Primeiro, na forma de defesa do marginalismo contra a teoria clássica do valor; segundo, na defesa da teoria contra os ataques da escola histórica alemã; terceiro, na defesa da teoria contra os ataques da escola institucionalista americana. Nas três controvérsias, o triunfo do programa neoclássico foi inequívoco — desde que se entenda por triunfo sua legitimação face à comunidade de economistas vigente como o único programa que valia a pena ser desenvolvido. Nesta seção discutiremos de um lado como se deu este triunfo e, de outro, porque o programa neoclássico enquadra-se com perfeição no modelo *hard science*.

Na controvérsia com a teoria clássica do valor, o programa neoclássico teve dois triunfos importantes. Primeiro, foi capaz de traduzir a teoria clássica em seus próprios termos. A teoria clássica assim traduzida rezava que o valor só dependia das decisões de uma classe de indivíduos, a saber, daqueles responsáveis pela fixação do volume da produção. Uma vez feita a tradução, a superioridade do programa neoclássico ficava evidente, pois este se apresentava como mais geral do que o adversário, uma vez que nele os indivíduos consumidores também tinham um papel a desempenhar. As armas retóricas do triunfo do programa neoclássico foram pois maior generalidade e capacidade de subsumir as proposições adversárias em seus próprios termos.

Na controvérsia com a escola histórica alemã, o triunfo do programa neoclássico deve-se essencialmente aos defeitos de formação do programa adversário. Esta mesma interpretação do resultado do *Methodenstreit* aplica-se, *mutatis mutandis*, para a controvérsia com os institucionalistas americanos. Vale a pena aqui fazer uma breve digressão sobre estas duas controvérsias.

O programa de pesquisas da escola histórica tinha dois ingredientes essenciais. Primeiro, a presunção de que a indução era o procedimento epistemológico fundamental. A riqueza e inesgotabilidade da história impediam que se atribuísse à dedução um valor epistemológico definido, pois esta parece de alguma forma atrelada à percepção da recorrência de certos mecanismos ao longo da história. O núcleo do programa neoclássico parecia prestar-se bem a uma visão abstrata e dedutiva de economia operando através de agentes maximizadores; mas como esta economia na verdade é sempre um subsistema social de um todo sempre movente e organicamente composto, supor a invariância deste sistema social equivaleria em última instância a desvirtuar a natureza da própria história. Segundo, o privilégio concedido à indução e o horror de generalizações fáceis (ou plausíveis quando julgadas por um senso comum) apresentavam o risco evidente de conduzir um mero amontoado caótico de informações. A consistência do programa da escola histórica exigia que a pesquisa empírica tivesse um fio condutor não dedutível a partir de princípios básicos. A escola histórica o encontrou através da hipótese de uma entidade supra-individual; na escola histórico-jurídica alemã, esta entidade era o “espírito do povo”; na escola histórica econômica (e no institucionalismo americano) era o quadro de formas legais que condicionavam e fundavam o processo de mercado.

Estes dois ingredientes explicam de um lado o vigor e de outro os impasses da escola histórica alemã. Por um lado, o privilégio da indução concedia-lhe o encanto do desmascaramento. Em inúmeras passagens do *Methodenstreit*, a evidência histórica detalhada é invocada para mostrar exem-

plificadamente como toda generalização baseada no rigor da dedução admite exceções e é, em menor ou maior grau, desmerecida pelos fatos. A erudição tinha o papel de mostrar que a realidade histórica era sempre mais (e essencialmente) complicada do que se podia imaginar *a priori*. Por outro lado, a insuficiência do fio condutor era tal que não se podia evitar um sentimento de desespero face à complexidade sempre crescente da história. A recepção ao ensaio fundamental de Commons sobre o embasamento legal dos mercados, notoriamente um reflexo dos ensinamentos da escola histórica no Novo Mundo, atesta tal sentimento.

Como conseqüência, o programa da escola histórica afirmava-se retoricamente sempre na “defensiva”, insistindo nas deficiências e incompletudes do programa neoclássico sem, no entanto, ser capaz de gerar a agenda não degenerada de pesquisas que assegura, como bem notou Lakatos, sua permanência no tempo.

A trajetória intelectual weberiana ilustra bem as dificuldades do programa de pesquisa da escola histórica. Sua insistência no papel da ordem legal como condicionante da ação econômica pervade toda a sua obra, da dissertação de 1889 sobre a história das companhias medievais de comércio no sul da Europa ao *Economia e Sociedade* (veja Roth). Mas este traço próximo à escola histórica não oculta suas divergências. É verdade que partilhava da desconfiança de processos dedutivos de conhecimento, e neles incluía todas as teorias marxistas ou, em modo geral, toda periodização logicamente necessária da história universal; mas esta mesma desconfiança levou-o a criticar o postulado de um “espírito do povo” invariante, visto como um axioma cujo embasamento empírico era tão duvidoso quanto aquele das teorias lógicas da história. O processo de exposição adotado no *Economia e Sociedade* indica que, se de um lado Weber até o fim prezava a erudição do historiador, e nessa medida se explica o caráter histórico-concreto de sua argumentação, por outro lado usava o material da indução para a construção de taxonomias e tipologias abstratas orientadas pela metodologia dos tipos ideais e da *Verstehen*. Superava assim o dilema do programa da escola histórica alemã; mas esta superação, se orientou toda a sociologia deste século, pouco impacto teve sobre a teoria econômica como tal, pois Weber explicitamente circunscreveu o interesse de sua obra não à teoria econômica, mas às relações sociais na esfera econômica.

A reavaliação ainda que sumária das controvérsias que firmaram o programa neoclássico de pesquisa mostra que a resolução destas controvérsias foi determinada pela superioridade de procedimentos retóricos, de um lado, e pelo vigor comparativo dos programas, por outro. Em nenhuma das con-

trovérias o recurso à evidência empírica desempenhou papel predominante. Inexistiam regras comuns de validação; a “verdade” do programa neoclássico estabeleceu-se por motivos estranhos ao modelo *hard science*. O ressurgimento da escola institucionalista nos Estados Unidos e do pensamento clássico (intraduzível nos termos neoclássicos) na Inglaterra e na Itália mostra a inadequação do modelo *hard science*. Este é o pecado original dos defensores do modelo *hard science*, circunscritos que estão aos adeptos do programa neoclássico de pesquisa: a própria gênese deste programa viola a visão *hard science* do pensamento econômico.

Isto posto, alguns comentários são apropriados. Primeiro, entende-se com perfeição o sentido da nova história quantitativa surgida nos anos 60 nos Estados Unidos. Superficialmente, trata-se de uma reação à história qualitativa e impressionista do passado. De fato, é o coroamento e a vingança do programa neoclássico que absorve desta forma em seus próprios termos o campo *par excellence* dos adversários no final do século XIX e do começo do século XX. O redesenho da gênese das formas institucionais que condicionam os mercados a partir de externalidades existentes no *status quo* anterior (ver North) atesta a subsunção, pelo programa neoclássico, e em seus próprios termos, da tese básica da escola histórica e do institucionalismo.

Segundo, nossa avaliação do sucesso do programa neoclássico atém-se somente às suas virtudes relativas como programa de pesquisa. Há outras explicações. Em particular, note-se que, do ponto de vista de um programa marxista de pesquisa, este sucesso nada mais reflete do que algo pertinente à natureza do capitalismo. Pois se este é um sistema social onde os indivíduos se relacionam socialmente através do mercado, a autoconsciência do indivíduo como ente separado de sua sociedade é a contrapartida da ausência de articulação social direta. A ilusão do atomismo é necessariamente resultante das sociabilidades de mercado. A plausibilidade do programa neoclássico está em utilizar um pressuposto metodológico que o sistema aparentemente valida. Na bela e irônica formulação de Horkheimer, o indivíduo, quando exposto a um programa atomista de pesquisa, tem o deslumbramento e a satisfação de aprender aquilo que já sabia. O programa neoclássico seria ideológico no seu sentido amplo de refletir a falsa consciência; sua noção de verdade seria platônica, pois verdadeira é aquela explicação que remete à norma, a norma por sua vez sendo o plano das ações individuais de agentes maximizadores. Não nos interessa aqui julgar substantivamente a visão marxista do programa neoclássico; mas importa salientar que ela nada mais faz do que subsumir a norma básica deste programa em seus próprios termos, entendendo sua gênese, apelo e mistificação. A explicação marxista do sucesso do pro-

grama neoclássico ilustra, uma vez mais, uma das regras fundamentais da retórica entre programas de pesquisa, como veremos a seguir.

Terceiro, note-se que a adaptação do programa neoclássico ao modelo *hard science* não é casual. O modelo *hard science* não admite a regressão do conhecimento. Supõe por conseguinte a existência de uma norma invariante e consensualmente aceita de qualidade do trabalho científico. O programa neoclássico tem uma norma que satisfaz estes requisitos. A pesquisa sobre os fundamentos microeconômicos da macroeconomia associada a Phelps é inambigüamente um avanço como o é a rederivação da função consumo a partir de um problema de maximização com restrições por Barro e Grossmann. A norma de qualidade do programa neoclássico é entender formal e rigorosamente os fenômenos à luz de decisões de maximização de agentes racionais. Para aqueles familiarizados com o programa neoclássico, é evidente que esta norma exclui a regressão; cada geração está melhor equipada para entender os fenômenos do que a geração anterior. O programa marxista de conhecimento, para pôr um contraste nesta conexão, tem uma norma muito vaga de qualidade, a saber, retomar e estender o esquema de compreensão do capitalismo tal como desenvolvido por Marx. Pouco surpreende que a história do programa marxista seja pontuada por regressões e reavaliações radicais de seu significado. Mas se as críticas ao modelo *hard science* aplicam-se ao programa “neoclássico”, não é menos verdade, como veremos adiante, que os demais programas de pesquisa, que tangenciam em graus variados o modelo *soft science*, não apresentem igualmente problemas sérios.

A crítica feita ao modelo *hard science* mostra que não há clivagem que permita separar o passado e, nesta medida, relegar a história do pensamento econômico aos aficionados às histórias das idéias. O exame específico da emergência do programa neoclássico encerra nesta conexão uma lição importante. Vimos por que o programa neoclássico é a contrapartida do modelo *hard science* em economia. Argumentamos também que sua emergência e sucesso deveram-se a traços da retórica entre programas de pesquisa. Nosso argumento é, certamente, controvertido. Mas é inequívoco afirmar que a consolidação do programa neoclássico *não* se deveu ao seu maior sucesso empírico. Nunca existiu na história do pensamento o experimento crucial que permitisse deslindar a verdade associada a programas alternativos de pesquisa. A evidência empírica nunca se apresentou como evidência neutra ou invariante aos próprios programas de pesquisa. Estes, em um sentido forte do termo, recortam o real e põem sua própria evidência. É este, em última análise, o motivo pelo qual o modelo *hard science* tem respaldo tão duvidoso na economia. Tal modelo supõe sempre a existência deste tribunal definitivo que

seriam os fatos; o que passa incólume pelo tribunal fica na fronteira, o resto é atirado ao passado da disciplina. Os programas de pesquisa em economia produzem sua própria evidência, e o programa neoclássico não é exceção. A história da curva de demanda, narrada por Schultz, é reveladora; organizou-se a evidência e formulou-se o problema da identificação até que, devidamente depurada, a evidência da curva de demanda negativamente inclinada ratificasse a teoria. A análise, ainda que brevíssima, da emergência do programa neoclássico serve para diagnosticar que o modelo *hard science* não se aplica à economia porque a evidência dos fenômenos é iluminada pelos programas de pesquisa e sua retórica de competição.

II.5. A CRÍTICA AO MODELO *SOFT SCIENCE*

Se o modo de resolução das controvérsias em economia não pode ser descrito como uma superação positiva, deixa de haver garantia de que o conhecimento ou as formulações verdadeiras desenvolvidas no passado estão preservadas no estado atual da ciência. Se não existir fronteira do conhecimento, a volta dos clássicos do passado adquire o caráter de uma recuperação, de um resgate da verdade. O ímpeto da volta é função do grau de desilusão quanto ao estado atual da ciência; quanto maior a desilusão, maior a propensão a empreender a arqueologia do saber voltando-se à história do pensamento econômico. Por mais que varie o grau de desilusão, e este varia muito através do tempo, o fato é que a inadequação do modelo da superação positiva confere à história do pensamento um interesse estritamente teórico. No modelo *soft science*, seu estudo não se distingue do estudo da própria teoria.

Argumentaremos nesta seção que, ao contrário do pretendido pelo modelo *soft science*, a fusão entre história e teoria é funesta para ambas. Do ponto de vista da teoria, a estratégia oblíqua de estudá-la através dos clássicos do passado é correlata da tentação de inventá-la *ex novo*. Desconfia-se assim de toda reflexão recente; ignora-se sem qualquer sentimento de culpa os últimos desdobramentos da teoria; circunscreve-se o círculo de interesses aos colegas de profissão cujo pensamento tenha sido formado escoliando os clássicos do passado. Parte-se do princípio de que os centros de aprendizado não voltados para a história do pensamento estão viciados por um pecado epistemológico capital, cultivando engenhosas e complicadas sofisticações cuja fragilidade decorreria precisamente de sua impermeabilidade face aos clássicos do passado. O estudo atual da ciência seria a condensação de toda a falsidade gerada no passado; ao investigador não restaria alternativa que não sua re-

jeição em bloco. O interesse no estudo atual da teoria sobreviveria apenas como crítica negativa, acentuando imperfeições e desvios.

A descrição do parágrafo anterior da dissolução da teoria na história do pensamento é, sem dúvida, familiar. Note-se, no entanto, que os dois princípios básicos do modelo *soft science* não a implicam necessariamente. O desprezo pelos desdobramentos recentes que não sejam calcados na reinterpretação dos clássicos do passado não se segue dos princípios de reconciliação problemática e da não-tradução do vigor original. São estes dois princípios que asseguram um lugar permanente à leitura dos clássicos do passado no aprendizado da teoria. Mas o desprezo pelos desdobramentos recentes só seria justificado a partir da presunção de que o modo de resolução de controvérsias no passado seja o da superação negativa, onde o consenso é cristalizado e projetado para o futuro preservando precisamente a vertente errônea surgida no debate. Sob a presunção da superação negativa, a única atitude correta seria a reconstrução da teoria a partir da exegese adequada dos clássicos do passado.

Ora, se nos foi necessário argumentar com alguma extensão sobre os desacertos da hipótese de superação positiva, não nos parece necessário fazê-lo para a hipótese de superação negativa. Só a falta de erudição ou a ignorância podem justificar o apego a qualquer uma das hipóteses extremas sobre o modo de resolução de controvérsias em economia. Se o adepto do modelo *hard science* fia-se na noção de fronteira do conhecimento por mera ignorância da complexidade e não-linearidade da história de sua própria disciplina, não é menos verdade que o adepto do modelo *soft science* fia-se na presunção de que o estudo atual da teoria é um saber inútil ou equivocado simplesmente porque seu conhecimento e exposição à sofisticação atual é superficial demais para fazê-lo tomar ciência de seu erro. Pode ser que o preceito aristotélico que coloca a virtude equidistante dos extremos seja uma fundação insuficiente para a teoria moral; mas do ponto de vista do aprendizado e desenvolvimento satisfatório da teoria, o caminho a ser seguido está distante daqueles prescritos pelos modelos *hard* e *soft science*. O bom desenvolvimento da teoria econômica deve ser feito simultaneamente nas duas frentes, familiarizando-se tanto com o estudo atual da ciência quanto com os clássicos do passado e tecendo, a partir destes dois saberes, a trama de verdade.

A dissolução da teoria na história do pensamento advogada pelo modelo *soft science* é assim prejudicial à teoria. E quanto à história do pensamento econômico?

É inegável que o *status* da história do pensamento é maior no modelo *soft* que no modelo *hard science*. No modelo *hard science*, a história das idéias

tem interesse exclusivamente acadêmico, enquanto no modelo *soft* passa a ter um interesse prático, inspirando a teoria econômica e as prescrições de política. Se a história do pensamento inspirada no modelo *hard* tem como sistema de referência o estado atual da ciência, aquela inspirada no modelo *soft science* tem como referência o momento vigente. Já que no modelo *soft* julga-se o estado atual da ciência como um deplorável acúmulo de erros e falsidades, busca-se na história a resposta para as preocupações atuais, voltando-se a ler os austríacos quando os conservadores ganham peso na arena política, reavaliando as teses clássicas do estado estacionário quando a acumulação de capital perde intensidade, etc.

Esta utilização heurística da história do pensamento não deve ser questionada quando seu interesse restringe-se à recuperação de idéias desperdiçadas ou esquecidas. No entanto, a compreensão da história do pensamento decorrente desta utilização heurística dos textos clássicos do passado é, em geral, deficiente enquanto história do pensamento propriamente dita. Pois para aquele que se volta ao passado no intuito de resgatar idéias e intuições úteis ou profundas do ponto de vista da teoria, a história do pensamento reduz-se a uma série de textos onde não importa sua posição no tempo nem seus autores — uma série de textos sincrônicos e despersonalizados. Pouco importa o contexto de criação e formulação de determinada idéia; tudo o que importa saber é se esta idéia serve como base ou aprofundamento de algum aspecto da teoria econômica ou não. Na utilização heurística da história do pensamento, o texto clássico do passado torna-se autônomo face ao contexto onde foi escrito e ao qual historicamente pertence.

Nada exemplifica melhor esta utilização heurística da história do pensamento econômico do que os inúmeros e quase sempre efêmeros grupos de estudo formados em torno dos clássicos da história do pensamento. Lê-se a *Teoria Geral* ou *Os Princípios da Economia Social* capítulo a capítulo, do primeiro ao último, afastando-se com desprezo os textos ancilares de comentadores e contemporâneos. Parte-se da noção de que o sentido dos textos clássicos seja dado neles mesmos; como o texto de estudo forneceria a chave de seu próprio significado, trata-se de ler e reler inúmeras vezes o texto até que seu significado torne-se transparente. Esta utilização heurística da história do pensamento, por mais defensável que seja enquanto expediente para promover a teoria, é questionável enquanto história do pensamento propriamente dita.

Tornou-se chavão dizer que o texto deve ser analisado à luz de seu contexto. Todavia, na utilização heurística da história do pensamento, para a qual os clássicos importam em função de sua presumida e esconsa verdade, o contexto no qual foram escritos perde importância. Uma vez que sua leitura é

orientada pelos problemas atuais, o único contexto de referência é o presente. Ao autonomizar o texto face a seu contexto de origem, na verdade substitui-se seu contexto de origem pelo contexto presente. A apreensão do significado do texto clássico do passado fica, no entanto, em geral prejudicada por este processo de desenraizamento.

A leitura do texto do passado informada pelo contexto presente não é necessariamente nociva à sua compreensão. Tal estratégia de leitura não oferece dificuldades desde que o contexto original não se distancie substantivamente do contexto presente. Ou seja, desde que o objeto de análise e a constelação intelectual então vigente sejam aproximadamente os mesmos de hoje. Vejamos mais detidamente estas duas suposições que, se corretas, viabilizariam a escritura da história do pensamento através de uma estratégia de leitura e interpretação dos textos clássicos do passado tendo como referência as preocupações atuais da teoria.

Sob a suposição de semelhança do objeto de análise, o texto do passado perquire a mesma gama de fenômenos que preocupa o investigador no presente. Tal suposição vale para várias ciências exatas, pois a evolução do universo é muito lenta quando comparada à evolução da ciência. Mas para a teoria econômica, a suposição de semelhança deve ser demonstrada. Não se pode garantir *a priori* que o ciclo do século XIX retenha suas características básicas no ciclo do século XX; ler o texto clássico do pensamento econômico que aborda os ciclos do século XIX, seus contemporâneos, como se discutisse ciclos atuais pode levar a uma compreensão equivocada do seu significado. A mera coincidência vocabular deve ser encarada com reservas. Se o texto clássico do passado discute o capitalismo e vivemos hoje sob um regime capitalista, não se segue que o objeto de análise seja o mesmo a menos que se demonstre que o capitalismo do passado continua inalterado essencialmente no presente. Se esta demonstração não puder ser feita, a leitura da discussão empreendida no clássico da história do pensamento econômico sobre o capitalismo como se fosse o capitalismo de hoje certamente distorce seu significado.

A suposição de semelhança da constelação intelectual vigente é de determinação mais difícil. Em uma de suas facetas, admite-se que o texto do passado mova-se dentro da mesma partição de conhecimento que vigora no presente. À guisa de exemplo, pode-se dissecar a teoria monetária de Adam Smith a partir da seleção, justaposição e montagem de trechos da *Riqueza das Nações* onde Smith discorre sobre tópicos afins à teoria monetária; mas este paciente esforço de *bricolage* intelectual não pode almejar a uma compreensão adequada do texto clássico de Smith simplesmente porque a teoria monetária não existia como área isolada do saber econômico no século XVIII.

Há outras facetas igualmente problemáticas da suposição de similitude da constelação intelectual. Ao desenraizar-se o texto do passado do seu contexto original, ignora-se a rede múltipla de referências que o suporta e anima. Um exemplo interessante é o fornecido pelo capítulo 6 da *Teoria Geral* e seu apêndice sobre o *User cost*. Na nossa constelação intelectual, problemas da medida e agregação ocupam um papel muito restrito; a teoria dos números-índice não constitui, hoje em dia, um tópico ardente de discussão e debate. Mas nos anos que antecederam a *Teoria Geral*, tal não era o caso; a polêmica Pigou-Hayek sobre o conceito de renda nacional tinha terminado de forma inconclusiva e o capítulo 6 e o seu apêndice na *Teoria Geral* devem ser lidos como uma tomada de posição dentro desta polêmica. Lê-los como textos autônomos e isolados, referidos à nossa constelação intelectual, conduz a compreender mal seu significado. Da mesma forma, o conceito de taxas próprias de juros do capítulo 17 é tomado de empréstimo a Sraffa; este por sua vez formulou o conceito criticando o Hayek de *Preços e Produção*; a retomada do conceito por Keynes na *Teoria Geral* marca assim seu afastamento quanto a uma das teses básicas (e surpreendentemente moderna) do livro de Hayek, a saber, que a moeda só importa por afetar preços relativos. Ora, quem lê o capítulo 17 ignorando o debate Sraffa-Hayek só pode obter uma visão parcial de seu significado.

Não acabam aí os problemas da suposição de similitude da constelação intelectual. Mesmo quando a constelação que o texto do passado nos apresenta é familiar, a familiaridade pode revelar-se enganosa. Tome-se o caso das *Recherches* de Cournot. Na obra em que freqüentemente se situa a gênese da economia matemática, nos pareceria natural interpretar a seqüência analítica monopólio-duopólio-concorrência como exemplificando uma consciência moderna dos cânones do método científico. Ao colocar em relevo as *Recherches* com as demais obras de Cournot, verificamos, no terceiro ensaio, que as *Recherches* se integram não dentro de uma antevisão de moderna microeconomia, mas sim dentro de um plano organizado do saber cuja ênfase fundamental residia na substituição da impossibilidade de chegar à coisa em si da epistemologia kantiana por uma abordagem probabilística do conhecimento.

Supor que a constelação intelectual que preside o texto do passado se mantém no presente é, em geral, extremamente arriscado. Graças a Foucault, sabemos hoje bem como a *episteme* que governa o pensamento da economia clássica, centrada no conceito de riqueza, se diferencia da *episteme* moderna e, no entanto, continua-se a ler os textos de economia política clássica como se estes se movessem dentro do nosso universo intelectual. Marx inicia *O Capital* com a frase: “A riqueza das sociedades capitalistas...”. É uma falsa

pista; a palavra 'riqueza', que marcaria uma continuidade temática com a economia política clássica, desaparece no restante de *O Capital*. Marx disfarça assim sua ruptura com a *episteme* clássica; mas isto só o percebe quem se dispõe a abdicar da noção de constância de constelação intelectual em benefício de uma abertura a organizações do saber distintas da nossa.

As dificuldades da suposição de permanência do objeto de análise e da constelação intelectual poderiam ser ilustradas com riqueza maior de exemplos. Tal não nos parece necessário. A menos de prova em contrário, a estratégia de leitura dos textos da história do pensamento desvinculada do seu contexto original de formulação prejudica a apreensão de seu significado. Os textos do passado devem ser lidos como textos cifrados cujo código de entendimento só pode ser obtido pelo confronto com a multitextualidade de seu contexto histórico. Pois do seu contexto histórico nada nos resta a não ser textos e objetos; reconstruí-lo é a arte do historiador das idéias, arte irreduzível a procedimentos formais e que consiste essencialmente em uma operação de resgate de significado.

Tratar os textos da história do pensamento econômico como textos cifrados é uma estratégia prudente para livrar-se da tentação de projetar o contexto presente no passado; ou ao menos para empurrar, na sua máxima distensão, os limites que nosso contexto de vida impõe à compreensão do passado. Por analogia ao dito de Ricoeur sobre a ideologia, podemos dizer que a crítica da aplicação do nosso contexto de vida ao passado é uma tarefa que é sempre necessário começar, mas que, por princípio, é impossível terminar. E seguindo a metáfora criptográfica da história do pensamento como textos cifrados, observamos que a chave de decodificação do texto encontra-se nos textos de seu contexto histórico. O erro do modelo *soft science* na leitura dos textos da história do pensamento desvinculados de seu contexto consiste justamente em supor que o texto é auto-inteligível. Além do exposto acima, esta estratégia de leitura deve ser criticada por duas outras conseqüências. De um lado, induz o leitor a querer dissolver todas as contradições do texto; se este é auto-inteligível, sempre parece possível, através de uma exegese aperfeiçoada, recuperar a sua suposta coerência. Por outro lado, induz o leitor a preencher as lacunas do texto; se este encerra os elementos necessários para sua própria compreensão, a exegese perfeita permitiria ao leitor avançá-lo, fazendo sua a voz do autor do texto original no afã de preencher silêncios e eliminar omissões. O mito da exegese perfeita do texto isoladamente considerado infelizmente ainda permanece instalado com firmeza na nossa vida intelectual.

II.6. A AVALIAÇÃO DOS DOIS MODELOS

Vimos que o estudo da história do pensamento desempenha um papel crucial na formação teórica. O modelo *soft science* tem razão ao enfatizar a importância de absorver as matrizes básicas da teoria no vigor de sua formulação original. Além do esforço de entendimento destas matrizes básicas, a leitura dos textos do passado desempenha o papel de um expediente heurístico germinador de idéias novas diante do estado atual da ciência. Em que pese estas características inequivocamente corretas, o modelo *soft science* enfatiza de forma indevida o papel da história do pensamento enquanto teoria. É verdade que aquela constitui um manancial de idéias relevantes que podem não estar incorporadas nesta; mas não é menos verdade que a tentativa de inventar *ex novo* a teoria carece de sentido. Não há como escoimar-se do estudo do estado atual da ciência, sob pena de uma efetiva regressão do conhecimento.

A atitude prescrita neste ensaio, do ponto de vista da teoria, envolve ao mesmo tempo o estudo da história do pensamento e ciência atual. Identificar o estado atual da ciência ao manejo de instrumentos analíticos é equivocado; por estado atual da ciência entende-se, além do instrumental de formalização e estimação, os modos de percepção do fenômeno econômico subjacentes ao instrumental. Mas só se aprende, desenvolve e critica o modo de percepção manejando o instrumental; para dar um exemplo simples, não se pode entender em sua plenitude o conceito de expectativas racionais sem preparo analítico para utilizar o operador esperança com e sem correlação serial. Prescrever ao mesmo tempo o estudo da história do pensamento e da ciência atual equivale a prescrever erudição e cultura, de um lado, e capacidade analítica e formal, de outro.

Se a ênfase concedida à história do pensamento enquanto teoria no modelo *soft* peca por excesso, no modelo *hard science* peca por falta. Ao situar a história do pensamento econômico como uma disciplina dentro da história geral das idéias, o modelo *hard science* perde de vista seu potencial como teoria. Seu pecado original, a noção de fronteira do conhecimento, é o responsável por esta ruptura entre a teoria e história do pensamento. Mas há uma lição do modelo *hard science* que é necessário preservar. Vimos que a utilização heurística da história do pensamento, defensável de ponto de vista da teoria, é em geral equivocada quando se almeja uma compreensão adequada dos textos do passado. Ou seja, a dimensão de pura história intelectual não se confunde com aquela motivada pelo interesse posto pela teoria. É no modelo *hard science* que se afirma, embora problemáticamente, a dimensão de história das idéias presente na história do pensamento econômi-

co. Desenvolvê-la enquanto história intelectual exige situar os textos do passado à luz de seu contexto de formulação. No modelo *hard science*, isto é sem dúvida feito; mas a história das idéias, por ter como referência o estado presente da ciência, como vimos anteriormente, está longe de atingir sua máxima independência possível face ao contexto da vida do investigador. A história do pensamento, enquanto disciplina da história das idéias, exige colocar entre parênteses o estado atual da ciência. A taxonomia do passado em termos de erros e antecipações só poderia ser mantida sob a convicção de que o estado atual da ciência constitui a fronteira do conhecimento.

Segue-se que a construção da história do pensamento econômico propriamente dita, isto é, enquanto história das idéias, supõe um tipo de interesse e exige métodos de investigação essencialmente distintos daqueles utilizados quando se escreve a história do pensamento com os olhos postos na teoria. Ler a teoria do valor no livro I de *O Capital* com o interesse na determinação de preços ou na crise do movimento geral do capital nos anos 80 do século XX é muito diferente de ler o mesmo texto tentando deslindar as influências heterogêneas de Ricardo e Hegel. Enquanto história das idéias, os problemas da história do pensamento econômico não se distinguem qualitativamente dos problemas gerais de toda história das idéias, expostos de forma lapidar por Skinner no seu clássico e justamente famoso artigo de 1969.

III. RETÓRICA

Uma vez admitida a diversidade de natureza da história do pensamento enquanto teoria e enquanto disciplina da história das idéias, põe-se a dúvida sobre o interesse em desenvolvê-la como história intelectual. Seu charme no modelo *soft science* decorre de sua utilização heurística como teoria; mas uma vez reduzida à história das idéias, não perderia seu interesse prático?

Não nos cabe aqui dissecar a visão tosca da prática social em que se inspiram aqueles que desprezam a história das idéias. A verdadeira questão é outra. Teria a história do pensamento econômico, enquanto história intelectual, alguma contribuição a dar para o entendimento do próprio conhecimento científico da economia? A gama de respostas a esta questão é limitada. Enquanto história intelectual, a história do pensamento constrói-se visando determinar o significado dos textos à luz de sua multitextualidade de referência: os textos críticos ou de apoio de seus contemporâneos, os textos que refletem o momento intelectual então vigente, os textos programáticos do autor, etc. O texto figura sempre no plural. E neste plural de textos não se busca, enquanto discipli-

na intelectual, novas idéias substantivas. Logo, se a história do pensamento econômico, enquanto disciplina intelectual, contribuir para a ciência atual, não será pela massa substantiva de conhecimento gerado sobre o modo de funcionamento das economias existentes. Argumentaremos nesta seção que a contribuição genuína da história do pensamento está no estudo do passado como um caso aplicado de retórica na ciência; e que a importância da retórica deriva, por sua vez, do colapso da epistemologia falsificacionista.

III.1. FALSIFICACIONISMO

Nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica. Não importa aqui o rigor do teste: o recurso aos fatos nunca serviu para resolver controvérsias substantivas, exceção feita àquelas cuja própria formulação foi expressa empiricamente (e mesmo assim, com que dificuldade! Lembre-se o caso do coeficiente α ser igual ou não a um na curva de Phillips). Dito de outra forma, não existem regras comuns de validação aceitas por todos os participantes em controvérsias de relevo. A crise de 1929 não prova a *General Theory* aos olhos dos novos clássicos assim como as estimativas das condições de Euler relativas à alocação intertemporal entre trabalho e lazer não prova Lucas para os keynesianos. Os exemplos podem ser facilmente multiplicados.

Disto não decorre que o teste ou exame empírico não tenha importância; pelo contrário, ambas as partes envolvidas em um debate esforçam-se por documentar ou invocar traços do real que sirvam para reforçar suas posições e elidir argumentos adversários. O ponto é que os testes empíricos são sofisticados *ad infinitum* sem potencial efetivo de resolução de controvérsias. Aos que se chocam com esta observação, fica um desafio: encontrar um debate envolvendo matrizes básicas de concepção da realidade econômica que tenha sido consensualmente resolvido através da evidência factual. O papel metodológico da econometria é um fantástico faz-de-conta. Todos sabem que seu poder de decisão é ultimamente irrelevante, mas fazem de conta que não o sabem. A econometria faz sentido quando entendida como desdobramento de investigação efetuada dentro de uma dada matriz conceitual; torna-se desprovida de significado quando entendida como critério de aferição da verdade de matrizes conceituais diversas. Duhem afirmou que nunca se pode produzir uma rejeição conclusiva de uma teoria; as teorias econômicas não são exceções à regra.

A epistemologia falsificacionista, que tanto apelo exerceu e exerce sobre economistas, não provê uma descrição adequada de sua própria prática científica. O fascínio pela resolução empírica das controvérsias, razão últi-

ma que os leva a fingirem que é pelo recurso à evidência que tais controvérsias são resolvidas, explica-se pela noção estreita de saber científico que pervade a disciplina. A noção falsificacionista do saber nunca refletiu a prática efetiva da ciência econômica desde Adam Smith; e possivelmente jamais o fará. Se o falsificacionismo das proposições é a marca de cientificidade, então tal atributo não pode ser acoplado à prática dos economistas. Abandonar a ficção positivista de um sistema econômico inambigüamente dado à observação, árbitro supremo de todas as discordâncias, face ao qual os vários corpos teóricos proviriam explicações desinteressadas, é imperioso. Apesar da camisa-de-força do falsificacionismo, a história do pensamento econômico nos mostra que as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas sim porque a outra comandou maior poder de convencimento. Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas idéias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si.

A resistência ao reconhecimento de que as controvérsias resolvem-se retoricamente, e que portanto o avanço da teoria econômica depende da habilidade no uso das regras da retórica e da persuasão, é facilmente inteligível. Se as controvérsias não se resolvem empiricamente, se não se pode afirmar que seguem nem os cânones da superação positiva nem os da superação negativa, não deveríamos abandonar de vez o operador verdade na qualificação das sentenças do saber econômico? Em analogia ao teorema de Tarski para a semântica, não deveríamos dizer que os conceitos de proposição verdadeira e proposição demonstrável jamais coincidem, o primeiro sendo sempre mais abrangente que o segundo? E se abandonamos o operador verdade, como assegurar a cientificidade do saber econômico?

Estas dúvidas podem ser respondidas assim. O exercício da retórica tem limites estreitos; convence quem se conforma às regras da retórica, mas as regras são fixadas e consensualmente aceitas previamente ao discurso individual do interessado em persuadir os outros em favor de uma tese determinada. A comunidade de cientistas debate sob o pressuposto da comunicação ideal, como bem o demonstrou Habermas; ao invés de um operador de verdade aplicável a sentenças, temos uma abertura à verdade como disposição de renúncia a posições tomadas antes do debate diante de evidência contrária inequívoca. O conceito relevante de evidência é muito mais amplo do que o de evidência empírica; a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica. Estas sim são aceitas consensualmente; é a aderência às regras da retórica que confere caráter científico à economia. Pois é a retórica que provê o substrato comum que permite a homogeneidade do discurso, de suas for-

mas de argumentação e portanto de evolução. Garantiria a existência de um *core* retórico a adequação do discurso ao ser ou a verdade no seu sentido clássico? Ricoeur bem argumentou sobre os enganos desta noção clássica de verdade; e Aristóteles intuiu a resposta ao dizer que não se pode pretender falar com o mesmo grau de cientificidade sobre todas as coisas...

III.2. AS REGRAS DE RETÓRICA

A leitura dos artigos em teoria econômica no *Economic Journal*, décadas de 20 e 30, e dos artigos em teoria no *Journal of Economic Theory*, década de 70 e nos primeiros anos da década de 80, revela contrastes interessantes. O artigo típico atual anuncia desde o início seu argumento principal. É estruturado em seções bem definidas. Na introdução já se faz menção ao conteúdo substantivo das várias seções. A boa estruturação do artigo consiste em apresentar os resultados de forma direta, concisa e motivada. Já o artigo típico do *Economic Journal* segue critérios diversos. O argumento principal é raramente anunciado na introdução. O autor se permite a *excursuses* variados, digressões e comentários que seriam abolidos pelos *referees* atuais. O artigo tipicamente aponta problemas de difícil solução; seu intento crítico-negativo é dominante, em contraste com o caráter construtivo-positivo do artigo atual. A estruturação do artigo do *Economic Journal* é mais frouxa; o fio contínuo do argumento adapta-se melhor a idéias arrojadas mas é freqüentemente invadido por considerações obscuras (ao leitor moderno e ao leitor de sua época). Já o artigo atual deve ter uma idéia somente e suficientemente trabalhada a ponto de tornar-se transparente ao leitor. O artigo do *Economic Journal* reporta-se decididamente à tradição; o artigo moderno o faz de forma apenas difusa e impressionista.

Estes contrastes demonstram que as regras retóricas estão sujeitas a uma certa historicidade. O discurso persuasivo ideal para os autores dos artigos no *Economic Journal* tem propriedades certamente diversas daquele vigente para os autores dos artigos no *Journal of Economic Theory*. Se esta historicidade fosse radical o suficiente para impedir a identificação do núcleo comum de regras retóricas, a conjectura aqui lançada, a saber, que é o núcleo retórico comum que garante a organização e evolução satisfatória do saber em economia, ficaria inverossímil. Acreditamos, no entanto, que a historicidade das regras de retórica seja limitada. Quer dizer, haveria um núcleo comum de regras cuja rejeição seria consensual ou, equivalentemente, cuja rejeição excluiria o indivíduo do círculo dos praticantes da ciência. Discutimos abaixo as sete regras que estariam neste núcleo comum.

Regra 1: *Simplicidade*. Esta regra que privilegia a elegância formal estabeleceu-se em parte diante das exigências do espírito e em parte derivada das ciências naturais. Georgescu-Roegen observou com propriedade que os fenômenos puros são analiticamente formuláveis com simplicidade. Obviamente, a busca pela simplicidade não significa dissolver indevidamente a complexidade do objeto; respeitada a complexidade, explicações simples têm sempre maior plausibilidade do que explicações complicadas.

Regra 2: *Coerência*. Lakatos tem razão ao definir o vigor dos programas de pesquisa pela capacidade de gerar problemas e equacioná-los de forma não degenerada. Hipóteses *ad hoc* são vistas como suspeitas. É verdade que a coerência é uma virtude do argumento muito mais prezada no interior de um mesmo programa de pesquisa do que no debate entre paradigmas. Mas não é menos verdade que a existência de uma norma de qualidade que dite claramente quais desdobramentos são coerentes com o programa e quais não são alicerça a plausibilidade deste programa como um todo. O programa de pesquisa neoclássico, por exemplo, permite diferenciar com clareza o que é uma hipótese *ad hoc* do que não é — *ad hoc* é qualquer descrição de comportamento que não derive de um problema intertemporal de maximização de utilidade ou lucros. Já o requisito de coerência no programa marxista é mais ambíguo. Em princípio, uma *hipótese* é aquela que não deriva do exame das propriedades do capital como valor capaz de autovalorizar-se; mas como tais propriedades são objeto de disputa, o requisito de coerência fica enfraquecido. A diferença pode ser vista na capacidade de auto-identificação: enquanto adeptos do programa neoclássico reconhecem-se mutuamente sem dificuldade, adeptos do programa marxista frequentemente excluem-se mutuamente deste programa de pesquisa. Do ponto de vista da regra retórica de coerência, isto pesa contra a plausibilidade do programa marxista e a favor do programa neoclássico.

Regra 3: *Abrangência*. Aparentemente, é uma regra crucial: o argumento que não for capaz de explicar toda a evidência empírica disponível perde a plausibilidade. Um pouco de reflexão mostra que esta regra funciona muito mais no sentido de condicionar a dinâmica interna dos programas de pesquisa. Pois, de um lado, o próprio conceito de explicação varia de acordo com o programa de pesquisa em questão. E não só isso: a própria evidência empírica, resultado de um corte do real determinado, é em si mesma fruto da aplicação do programa de pesquisa. Por outro lado, todo programa de pesquisa é capaz de explicar qualquer evidência, desde que burilado com suficiente cuidado e

dedicação. Não há evidência empírica que desqualifique um programa de pesquisa. A regra de abrangência remete os adeptos de um dado programa aos paradoxos ou às evidências ainda não devidamente explicadas; como tal, não é capaz de conceder maior ou menor plausibilidade a este ou àquele programa.

Regra 4: *Generalidade*. Por esta regra de retórica, o argumento que incluir seu rival como um caso particular adquire maior plausibilidade. A “tesoura” marshalliana que costura o valor com Ricardo e Jevons como lâminas é o exemplo imediato. A história do pensamento revela, contudo, que somente em alguns casos é possível interpretar este requisito de generalidade como um requisito puramente lógico, vale dizer, onde o argumento bem-sucedido substitui constantes por variáveis. O colapso da epistemologia falsificacionista exige que, no que se refere ao debate entre programas alternativos de pesquisa, se reinterprete esta regra de retórica como uma subsunção ardilosa. Uma vez que o sistema econômico só diz algo ao pensamento através de um dado programa de pesquisa, que estes servem ou se alicerçam em interesses práticos e que importam a esses interesses não por serem verdadeiros ou falsos mas por justificá-los de modo mais ou menos convincente, fica claro que inexistente um referencial comum que possibilite aos vários corpos teóricos os termos de sua mútua compreensão, assegurando assim um consenso sobre seus méritos e imperfeições. Só é possível demonstrar o caráter parcial ou não-verdadeiro das proposições rivais quando estas já tiverem sido convenientemente reinterpretadas em termos do corpo teórico de antemão desposado. Em outras palavras, um determinado corpo teórico só pode aspirar ao triunfo no debate das idéias se for capaz de reescrever as teses adversárias em sua própria linguagem. A obtenção da legitimidade pressupõe assim um estratégia de interpretação, um esforço coerente e deliberado de subsunção conveniente das teorias rivais.

Como um primeiro exemplo, considere-se o argumento recorrente em toda a obra de Marx, e de fato a pedra-de-toque de suas teses sobre a ideologia, segundo a qual a reflexão sobre o capitalismo tem por ele demarcadas tanto suas condições de possibilidade quanto seus limites na descoberta de seus segredos. Para Marx, não basta apontar os equívocos das teorias anteriores; deve-se entendê-las como limitações decorrentes das possibilidades objetivas de ilusão inscritas no próprio operar do capitalismo. Ilustra com clareza esta estratégia a análise do movimento do capital industrial feita nos capítulos 1 a 4 do livro II de *O Capital*.

Por tratar-se de um movimento cíclico e recorrente, transfiguração incessante do capital-dinheiro ao capital-produtivo ao capital-mercadoria ao

capital-dinheiro, é possível, diz Marx, recortá-lo de várias maneiras. Os mercantilistas observaram o movimento do capital industrial através da óptica do capital-dinheiro: dinheiro é o ponto de partida, dinheiro é o ponto de chegada. Já os fisiocratas observaram o mesmo movimento sob a óptica do capital-mercadoria, enquanto a economia política clássica, ainda na interpretação de Marx, adotou a óptica do capital produtivo. Ao identificar cada escola de pensamento que o precedeu como derivada de um corte particular de observação de um mesmo processo recorrente, Marx interpreta-as nos seus próprios termos. Ao associá-las às três figuras cíclicas fundadas nos três modos de existência do capital industrial, entende sua possibilidade objetiva. E ao propor um esquema que torna inteligível tanto a possibilidade quanto a parcialidade das teorias adversárias, reivindica legitimidade para seu próprio corpo teórico. Trata-se de uma estratégia de generalização que assinala o equívoco das teorias rivais ao mesmo tempo em que aponta suas possibilidades objetivas de existência.

Como um segundo exemplo do ardil envolvido nas utilizações magistrais da regra 4 de retórica, considere-se a reconstrução e interpretação do pensamento clássico empreendida por Keynes na *General Theory* e esboçada desde 1924 na crítica aos princípios metafísicos do *laissez-faire* (Keynes, 1972). Ao descrever sua teoria pelo adjetivo “geral”, Keynes tinha como objetivo contrastá-la à teoria clássica então dominante, cujos postulados descreveriam somente uma das posições de equilíbrio de uma economia capitalista, a saber, o equilíbrio de pleno-emprego. Ao mesmo tempo em que subsume a posição de equilíbrio da teoria clássica como um caso particular de sua própria teoria, Keynes questiona o mecanismo de ajustamento por ela invocado, pois o pleno-emprego, se ocorrer, resultará de um volume adequado de investimento e não das pressões decorrentes do excesso de oferta no mercado de trabalho. Mostraremos que a teoria clássica combatida por Keynes é uma reconstrução bastante questionável do pensamento dominante. Passos importantes foram dados nessa direção por Hutchison ao mostrar que o corte da história do pensamento entre clássicos e não-clássicos é imposto por uma óptica particular que não corresponde à sua dinâmica desde a controvérsia entre Ricardo e Malthus sobre a demanda efetiva. Basta mencionar que Pigou, o arqui-representante da teoria clássica, não só advogava o corte de salários como também estava, nos artigos de jornal e memorandos escritos durante a depressão, substancialmente de acordo com as prescrições de política que Keynes derivaria de sua teoria geral. A necessidade de recorrer a uma reconstrução simples do pensamento dominante deriva da necessidade de obtenção de legitimidade no interior da polêmica teórica. Em contraste

com a estratégia de Marx, a estratégia keynesiana de generalização consiste em circunscrever as teses adversárias a um caso particular no mesmo movimento em que demonstra a irrelevância deste caso particular. Tal estratégia condicionou o esforço de modelagem conceitual empreendido por Keynes do *Treatise on Money* (1930) para a *General Theory* (veja Patinkin). A mesma estratégia foi empregada nos debates que se seguiram à *General Theory* tanto para a validade da teoria keynesiana (a interpretação feita no volume II de Marget é talvez o exemplo mais conhecido) quanto para reescrever a teoria geral na linguagem da escola sueca através de uma redefinição dos conceitos de equilíbrios e tempo (veja o Bertil Ohlin Symposium). Trata-se de uma estratégia de generalização cuja eficácia na obtenção de legitimidade no interior do debate teórico é atestada pela intensidade de seu uso: se Keynes a empregou para circunscrever os clássicos como caso particular, foi ela empregada na chamada síntese neoclássica para circunscrever por sua vez Keynes a um caso particular e em réplica os pós-keynesianos, ao enfatizarem aspectos do pensamento de Keynes relacionados à moeda, contratos e incerteza, dela se servem para classificar como caso particular os denominados clássicos pós-Keynes.

Como um terceiro e último caso do artil associado à regra 4, considerou-se o procedimento adotado por Sraffa no *Production of Commodities*. O sistema econômico é examinado em equilíbrio, como se fotografado em um dado instante. Com esta interpretação de suas equações, Sraffa evita a interpretação mais literal que circunscreveria o alcance de suas proposições ao caso de retornos constantes de escala. Na verdade, desloca o próprio eixo do argumento adversário. Pois se não há variações marginais, a exposição de salários e lucros por definição está fora de alcance do programa neoclássico. A réplica neoclássica consistiu em interpretar o modelo de Sraffa como um caso particular de modelo neoclássico geral onde se ignora o papel da demanda na determinação dos preços por um suposto específico sobre a tecnologia (retornos constantes para todos os bens) e sobre os fatores não produzidos (somente um: trabalho).

Regra 5: Redução de metáforas. Todo argumento retórico é irremediavelmente metafórico; a metáfora é um instrumento do pensamento e não um recurso de exposição; disto sabem todos os teóricos da retórica, de Aristóteles a Perelman. Mas os economistas praticam a retórica sem o saber e, o que é pior, dela desconfiando; o argumento que se apresente *vis-à-vis* o candidato alternativo como menos carregado de metáforas tem maior poder de plausibilidade. A metáfora atinge o máximo de eficiência retórica no início do

debate ou na apresentação de certas proposições originais: no decorrer do debate ou da controvérsia, tenta-se efetivar ao máximo possível sua eliminação que, com respeito a Bachelard, denominamos redução.

Regra 6: *Formalização*. O argumento que puder ser formalizado tem maior poder de convencimento do que aquele apresentado literalmente. Esta regra supõe, é claro, que o público seja capaz de entender a formalização; toda formalização precoce é, neste sentido, prejudicial, como bem o demonstra a repercussão imediata das *Recherches* de Cournot.

Regra 7: *Reinventar a tradição*. Trata-se de uma estratégia de retórica que consiste em recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta. Keynes inventou os clássicos e se imaginou continuando a tradição anti-ricardiana de Malthus; estratégia eficiente, como se viu, mas novamente ardilosa — basta lembrar que o arqui-clássico Pigou defendeu em 1931 as mesmas políticas antidepressivas da *Teoria Geral*. Marx inventou a economia vulgar e se imaginou retomando o fio da economia política clássica; Lucas reinventou a tradição austríaca do estudo do ciclo como fenômeno de equilíbrio e denunciou Keynes como um desvio; etc.

Observe-se que a reinvenção do passado de forma a criar uma tradição não é expediente retórico próprio à economia; os surrealistas redescobriram Bosch, Picasso a arte africana, e o *ABC da literatura* de Pound é o ABC da reinvenção da tradição pré-poundiana, para ficar com exemplos notórios. Os pós-keynesianos reinventaram sua tradição enfatizando o mundo da incerteza e da moeda existente na *General Theory* em contraste com o mundo mecânico do multiplicador da interpretação Hicks-Samuelson; e é claro que *ambos* existem, que a *Teoria Geral* comporta *ambas* interpretações, que se trata — e não há nenhum mal nisso — de uma estratégia retórica dos pós-keynesianos. Davidson defende Keynes de seus próprios seguidores (como Hansen), desculpando-o do dogmatismo da teoria do multiplicador disfarçado na IS/LM tal como Kant defendia Leibniz de seus próprios seguidores desculpando-o do pecado de dogmatismo.

III.3. CONJECTURAS

O inventário de regras acima é preliminar em dois sentidos. Primeiro porque sua sustentação efetiva ainda está por ser demonstrada. O conhecimento de que dispomos da história do pensamento econômico valida-as, mas

tal conhecimento está longe de ser satisfatório para empresa de tal envergadura. Segundo, porque outras regras comuns possivelmente existem, mas sua formulação e descoberta está além dos limites deste ensaio. Mas mesmo levando em conta o caráter preliminar desse inventário de regras de retórica, parece insofismável a existência de um núcleo de regras consensualmente aceitas. Ou seja, em que pesem as divergências profundas entre os vários programas de pesquisa e sem alinhamento, com maior ou menor grau, os interesses práticos determinados, as condições mínimas de cientificidade do saber econômico estão garantidas. A conjectura básica deste ensaio parece sólida. Algumas outras são apropriadas.

Note-se inicialmente que as regras de retórica supra listadas supõem uma interpenetração entre o procedimento retórico *stricto sensu* e o hermenêutico. Pois a arte de convencer não se distingue da arte de interpretar. As regras 4 e 7 mostram isto de forma inequívoca: para convencer de sua maior generalidade é necessário interpretar convenientemente a tese rival como um caso particular (regra 4) e para convencer incrédulos desconfiados de como se descobriu subitamente algo nunca antes imaginado é necessário interpretar convenientemente o passado (regra 7). Mas mesmo para as demais regras a fusão entre retórica e hermenêutica se mantém. Por exemplo, formalizar o argumento de forma elegante e simples, poderosa arma de convencimento, supõe interpretar com habilidade o mundo real e os símbolos que o captam sinteticamente (regra 6); etc. etc. A segunda conjectura deste ensaio afirma a indissociabilidade entre retórica e hermenêutica na história do pensamento econômico.

A terceira conjectura deste ensaio afirma-se com respeito às ideologias. Que os programas de pesquisa em economia tenham sua inspiração e articulação originárias baseadas em interesses práticos, não há dúvida. Uma vez abandonada a epistemologia falsificacionista, implicaria tal vício original a impossibilidade de ciência? Sabe-se que Schumpeter nos seus últimos escritos respondeu a esta questão. Seu escape do problema das ideologias consistia em imaginar que todo argumento, embora nascido e motivado por interesses práticos, teria que passar pelo crivo do exame analítico de coerência; e que em tal processo haveria depuração do resíduo ideológico. A conjectura que decorre da análise aqui empreendida é diversa. Além das sete regras de retórica acima mencionadas, há uma que vale tacitamente, a saber:

Regra 8: Ignorar interesses práticos específicos.

Pela regra 8, os interesses práticos que (no mínimo) motivam a adoção de determinado argumento não são explícitos mesmo que o indivíduo favorável ao argumento tenha-os conscientes. Além disso, nunca se menospreza

o argumento do adversário por estar motivado em interesses específicos. O debate na academia se faz sob a suposição tácita de que os interesses práticos, embora motivem ou tornem indivíduos simpáticos a determinados argumentos, devem ser ignorados.

A regra 8 não garante, evidentemente, que o saber progrida além das ideologias. Mas a conjugação da regra 8 com as sete regras anteriores permite afirmar que existe um núcleo de regras retóricas comuns ao qual o argumento deve adequar-se se pretende legitimar sua pretensão à verdade. Tal conjunto de regras propicia um processo de depuração similar até certo ponto àquele visualizado nos cânones da lógica formal por Schumpeter. A diferença está em que, enquanto Schumpeter supõe que através do processo de depuração gera-se a ciência como conhecimento que transcende a esfera dos interesses específicos, do ponto de vista deste ensaio o processo de depuração, uma vez superada a polaridade duvidosa entre ciência e ideologia, conduz ao surgimento de um saber específico e destacado dos demais campos do conhecimento.

IV. CONCLUSÕES

A gradual percepção das aporias da epistemologia falsificacionista conduziu a tentativas de importação de metodologias que, aplicadas com sucesso em outras disciplinas, pudessem servir de guia para a teoria econômica. Mas as aplicações de teses de Kuhn e Popper à economia mostra que a prática econômica não se conforma a preceitos inspirados nas ciências naturais. Retornar à *Verstehen* weberiana, ao argumento neokantiano sobre as diferenças entre as ciências naturais e sociais (veja Machlup), tampouco parece promissor. Por que não empreender a auto-reflexão, abandonando a ilusão falsificacionista em favor de uma percepção mais aguda dos procedimentos em prática?

O interesse da história do pensamento como história intelectual reside precisamente no seu poder de clarificar a consciência da comunidade sobre seus próprios procedimentos implícitos de decisão. Vimos que o estudo da história do pensamento com o fito de resgatar idéias esquecidas no passado é heurísticamente defensável mas que, se absolutizado, distorceria tanto a história do pensamento quanto a própria teoria. Obviamente, o estudo da história do pensamento enquanto história intelectual pode ser feito de acordo com vários modelos. Pode-se seguir Foucault e buscar as "epistemes" básicas; pode-se pensá-la de um modo estruturalista; etc. O enfoque aqui propugnado, todavia, tem privilégio sobre os demais enfoques. Em primeiro lugar,

o exame retrospectivo das regras da retórica utilizadas nas controvérsias do passado e de seu efeito no sentido de angariar consenso em torno de uma tese ou programa determinado coaduna-se perfeitamente com a história das idéias enquanto história intelectual. Nesta medida, é no mínimo tão razoável quanto os demais enfoques. Em segundo lugar, a visão da história do pensamento econômico como um *locus* aplicado de procedimentos retóricos tem a vantagem peculiar de contribuir para a auto-reflexão da disciplina. Em vez de imaginar que as controvérsias se resolvem pelo exame da evidência empírica, e que é portanto pela mensuração quantitativa que a teoria econômica evoluiu, ou em vez de tentar aplicar modos de resolução de controvérsias originadas alhures, trata-se de explicitar *como* tais controvérsias têm sido efetivamente resolvidas no passado. As oito regras de retórica mencionadas anteriormente fornecem apenas a superfície do núcleo retórico que define a economia como uma modalidade do saber. A explicitação dos procedimentos retóricos envolvidos pode, idealmente, nortear o debate por quesitos retóricos explícitos que propiciariam uma seleção relativamente segura entre teses opostas. O enfoque aqui proposto pode assim superar o dilema entre uma história intelectual inútil do ponto de vista da teoria (ou seja, a perspectiva oferecida pelo modelo *hard science*) e uma história do pensamento empobrecida de sua verdadeira dimensão de história das idéias (ou seja, a perspectiva do modelo *soft science*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIDA, P. (1983). "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica". *Texto para Discussão* n.º 54. Departamento de Economia da PUC/RJ.
- _____. (1978) "A Bertil Ohlin Symposium". *History of Political Economy*, vol. 10, n.º 3, outono.
- DE MAN, P. (1983). *Blindness and Insight: Essays in the Rethoric of Contemporary Criticism*. Methuen.
- HABERMAS, J. Ver McCarthy, T. (1979). *The Critical Theory of Jürgen Habermas* (MIT Press).
- HOWELL, C. (1976). "Adam Smith Lectures on Rethoric". In: SKINNER, A. e WILSON (eds.) (1976). *Essays on Adam Smith*. Oxford, Oxford University Press.
- HUTCHISON, T.W. (1977). *Keynes versus the "Keynesians"...* London, Hobart.
- _____. (1978). *On Revolutions and Progress in Economic Knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KEYNES, J.M. (1930). *A Treatise on Money: 1. The Pure Theory of Money. Collected Writings of John Maynard Keynes*. London, MacMillan (1971). Vol. 5.
- _____. (1963). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. New York, Harcourt (1964).

- _____. (1972). "The End of Laissez-Faire". *Essays in Persuasion, Collected Writings of John Maynard Keynes*. London, MacMillan. Vol. 9.
- KLUBACK, W. e BECKER, M. (1979). "The Significance of Chaim Perelman's Philosophy of Rhetoric". *Revue Internationale de Philosophie*, pp. 127-8.
- LAKATOS, I. (1970). "Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes". In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MACHLUP, F. (1978). *Methodology of Economic and other Social Sciences*. New York, Academic Press.
- MARGET, A.W. (1938). *The Theory of Prices*. New York, Kelley (1960). 2 vol.
- MARX, K. (1978). *Capital*. London, Penguin. Vol. 2.
- MCCLOSKEY, D.N. (1983). "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, vol. XXI.
- NORRIS, C. (1983). *The Deconstructive Turn*. Methuen.
- PATINKIN, D. e LEITH, C.J. (eds.). *Keynes, Cambridge and "The General Theory": The Process of Criticism and Discussion Connected with the Development of "The General Theory"*. Toronto, MacMillan.
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. (1958). *The New Rethoric: A Treatise on Argumentation*. Tradução inglesa, University of Notre Dame Press (1969).
- ROTH, G. (1978). "Introduction". In: WEBER, M. *Economy and Society* (ed. by Guenter Roth and Claus Wittich). Berkeley, University of California Press. Vol. I.
- SCHUMPETER, J. (1954). *History of Economic Analysis*. New York, Oxford.
- SKINNER, Q. (1969). "Meaning and Understanding in the History of Ideas". *History and Theory*, vol. VIII.
- WALRAS, L. (1874). *Éléments d'Économie Politique Pure*. Paris, Pichon et Durant (1952).
- WEBER, M. (1978). *Economy and Society* (ed. by Guenter Roth and Claus Wittich). Berkeley, University of California Press. Vol. I.